

# Memorando

# Formação Jurídica e Judiciária

2017



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
e Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - A3a e Sofia  
- inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



UNIÃO EUROPEIA

Fundos Europeus  
Estruturais e de Investimento



Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MEMÓRIAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



© Arménio Teixeira

### **Centro de Estudos Sociais (Alta)**

Colégio de S. Jerónimo  
Apartado 3087  
3000-995 Coimbra, Portugal

### **Centro de Estudos Sociais (Sofia)**

Colégio da Graça  
Rua da Sofia, N°136-138  
3000-389 Coimbra, Portugal

### **Centro de Estudos Sociais (Lisboa)**

Picoas Plaza  
Rua do Viriato 13 - Lj 117/118  
1050-227 Lisboa, Portugal

**Tel** +351 239 855 570/80

**Tel** (Lisboa) +351 216 012 848

**Fax** +351 239 855 589

**[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)**  
**[opj.ces.uc.pt/unifoj](http://opj.ces.uc.pt/unifoj)**

**[unifoj@ces.uc.pt](mailto:unifoj@ces.uc.pt)**  
**[opj@ces.uc.pt](mailto:opj@ces.uc.pt)**

# — UNIFOJ

A UNIDADE DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA (UNIFOJ) do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra está vocacionada para a formação profissional avançada nas áreas do direito e da justiça. A UNIFOJ, criada em 2012, deu continuidade ao programa de formação avançada *Justiça XXI*, realizado pelo Observatório Permanente da Justiça (OPJ) em parceria com a Associação Sindical dos Juizes Portugueses e com o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Em 2014 teve início uma nova etapa com a integração do ensino a distância na estratégia global da formação. A e-UNIFOJ, especialmente dirigida para o espaço da CPLP, permite estender a oferta formativa a outros públicos, possibilitando a frequência de cursos de formação, independentemente do país em que se encontram os/as interessados/as e no horário mais oportuno para aceder aos conteúdos formativos.

A formação UNIFOJ é certificada ao abrigo do Decreto-lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro de 2007, do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril de 1999 e dos Estatutos do CES.



© Arménio Teixeira



© Arménio Teixeira

## — Objetivos

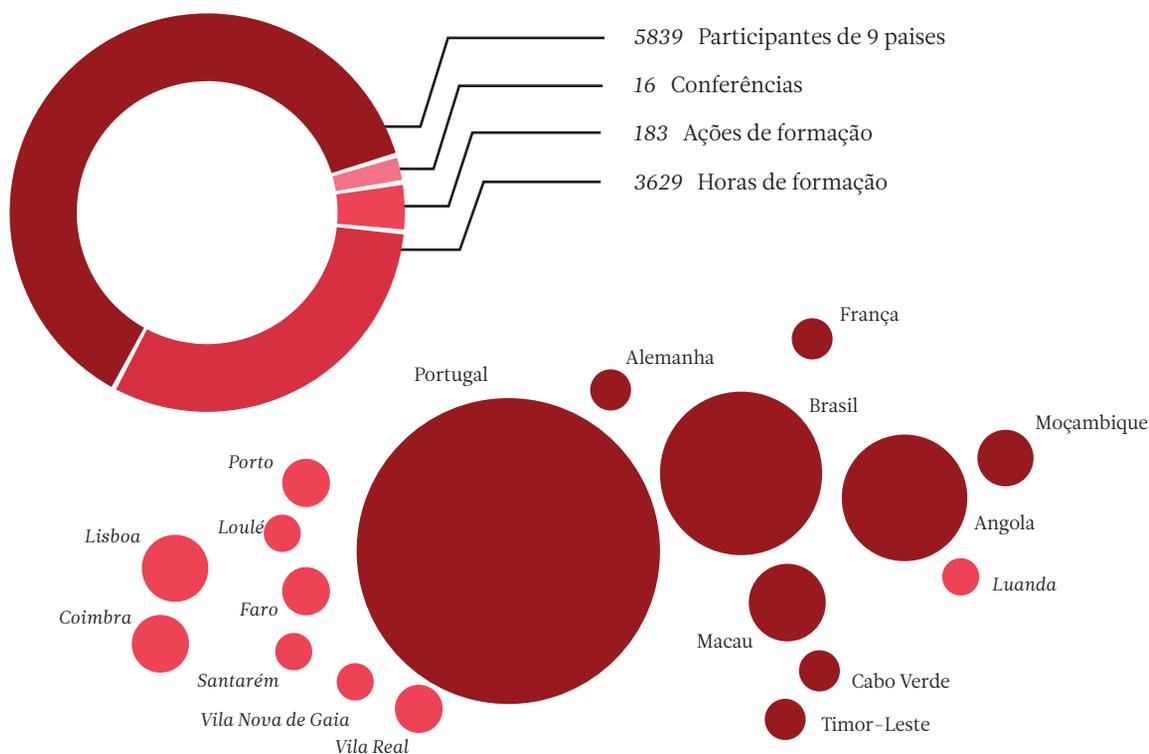
O objetivo principal da UNIFOJ é o desenvolvimento de ações de formação contínua, no âmbito do direito e da justiça, dirigidas a profissionais do setor da justiça ou de outros setores com interesse nas matérias formativas. Procura-se proporcionar uma formação capaz de dotar os/as profissionais, não só de conhecimentos técnico-jurídicos, mas também de uma compreensão global e multidisciplinar sobre a aplicação do direito e a realização da justiça, contribuindo de forma relevante para a qualidade e eficiência do desempenho funcional dos/as formandos/as. Além da capacitação técnica, há também um claro incentivo à promoção do debate sobre os desafios que se colocam ao direito e à justiça nas sociedades contemporâneas, em especial, na promoção dos direitos humanos e da cidadania.

## — Parceiros

A rede de parceiros, que conta com cerca de 20 instituições nacionais e internacionais, além de desempenhar uma importante função na facilitação da realização de ações de formação – quer disponibilizando espaços, quer divulgando nas suas plataformas a agenda de formação da UNIFOJ – permite desenvolver a partilha de saberes e de experiências, aprofundando os princípios estabelecidos nos documentos internacionais sobre formação profissional na área da justiça<sup>1</sup>.

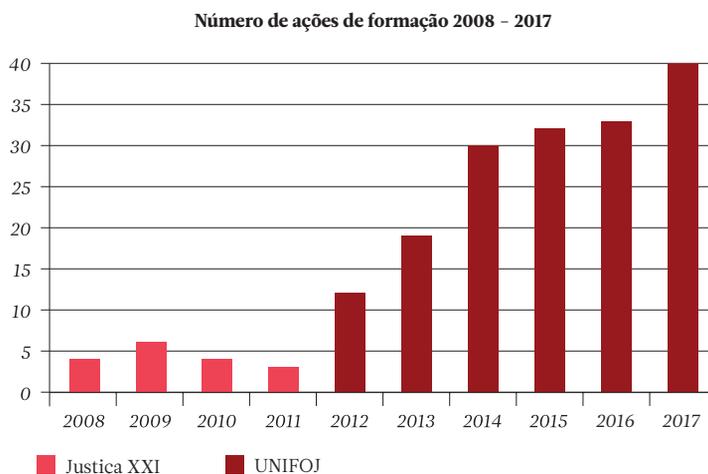
As parcerias podem concretizar-se para o desenvolvimento de determinada ação de formação ou para a implementação do programa anual de formação. A UNIFOJ procura, ainda, estabelecer protocolos com entidades oficiais de carácter profissional para o reconhecimento de ações de formação, de modo a viabilizar a aquisição de créditos pelos/as profissionais que frequentem a formação, de acordo com as normas vigentes para a progressão na carreira.

## — Atividades de Formação



**1** Nas ações de formação realizadas foram parceiras da UNIFOJ as seguintes entidades: Associação Jurídica de Vila Nova de Gaia; Associação Sindical dos Juizes Portugueses; Centro de Estudos Judiciários; Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados; Conselho Regional de Faro da Ordem dos Advogados; Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados; Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados; Conselho Superior da Magistratura; Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura do Brasil; Delegação de Santarém da Ordem dos Advogados; Delegação de Loulé da Ordem dos Advogados; Delegação de Vila Real da Ordem dos Advogados; Escola de Nacional de Saúde Pública; Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto de Angola; Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios; Ministério da Economia; e Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

A UNIFOJ tem vindo a aprofundar as atividades formativas, quer em número de ações de formação, quer no alargamento a novas áreas e a novos temas.



As ações de formação podem desenvolver-se através dos seguintes modelos:

- **Seminário** - formação que acentua a dimensão de debate, com o envolvimento em cada sessão de mais de que um formador/a;
- **Ciclo de conferências** - conjunto de conferências com uma organicidade e periodicidade determinada e unidas por um tema<sup>1</sup>;
- **Curso de formação** - formação com programa próprio distribuído por várias sessões, a cargo de diferentes formadores/as, que pode variar entre 7 horas e 28 horas, destinada a grupos profissionais específicos e ou aberta aos/às profissionais em geral;
- **Curso de especialização** - formação que decorre durante vários meses e que visa a aquisição de conhecimentos científicos e de competências profissionais em determinado domínio específico e ou a qualificação para o exercício de cargos, funções ou atividades especializadas<sup>2</sup>;
- **Ensino a distância** - formação integralmente a distância, com recurso à plataforma Moodle, com cursos compostos por módulos sucessivos, tendo os/as formandos/as um papel ativo e autónomo na sua aprendizagem.
- **Curso de verão** - formação para divulgação de conhecimento de excelência em áreas específicas e orientada para um público internacional;
- **Ciclo de formação** - conjunto de formações com uma organicidade e periodicidade determinada e unido por um tema específico a cargo de um coordenador, distribuído por vários módulos autónomos com diferentes formadores/as, com duração variável.

<sup>1</sup> De destacar o Ciclo de Conferências “Cidadania e Desenvolvimento: a Governação e a Organização do Sistema de Justiça” 2012-2013.

<sup>2</sup> Foram desenvolvidos os seguintes cursos de especialização: a) Curso de Especialização em Gestão e Organização da Justiça, em 2012-2013, com 288 horas, associado aos protocolos com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e com o Conselho Superior da Magistratura; b) Curso de Formação dirigido a Juizes de Paz, Técnicos de Atendimento e Técnicos Administrativos dos Julgados de Paz, em 2009, com 90 horas; c) Curso de Formação em Organização e Gestão dos Tribunais em Angola, em 2013, com 35 horas, associado ao protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, de Luanda.

## — *Temas da Formação*

Os programas de formação, concebidos como espaços de formação avançada, procuram explorar diferentes campos temáticos que desafiam as ciências jurídicas, a cultura judiciária e o desempenho funcional do sistema de justiça, globalmente considerado, privilegiando uma visão integrada do exercício profissional no âmbito de um sistema complexo e multidisciplinar. A seleção dos temas que integram o programa formativo de cada ano tem em conta as necessidades formativas manifestadas pelos/as formadores/as, pelos/as formandos/as e por outros/as interessados/as. Além das sugestões que se procuram recolher em cada ação de formação, no final do ano é lançado um inquérito *online* que visa obter sugestões, designadamente, de temas ou de parcerias, com vista à preparação do programa do ano seguinte.



## — *Formação Presencial – Temas*

As ações de formação presencial dirigem-se, sobretudo, a profissionais que exercem funções em Portugal e, em grande parte, procuram responder às necessidades formativas decorrentes das reformas legais. Como resulta da lista seguinte, a formação desenvolvida tem incidido sobre uma grande diversidade de temas:

- A Ação de Indemnização no Direito da Concorrência
- A Compra e Venda – Questões Práticas e Jurisprudenciais
- A Empreitada – Questões Práticas e Jurisprudenciais
- A Habilitação e a Partilha – Questões Notariais e Registrais
- A Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade – Os Desafios do Novo Regime Legal
- A Expropriação – Características Gerais e Efeitos Registrais
- A Gestão da Investigação Criminal num Tempo de Crise
- A Justiça nas Relações Familiares e na Tutela das Crianças e Jovens
- A Mediação e a Arbitragem como Meios de Resolução Alternativa de Litígios
- A Nova Intervenção da Justiça Administrativa
- A Reforma do Código de Processo Penal: o que Mudou e as Principais Controvérsias
- A Rotura do Casamento, a União de Facto, a Regulação do Exercício das Relações Parentais e as Questões Patrimoniais
- A Sociedade de Risco e a Reparação dos Danos
- Acidentes de Trabalho – As Inovações na Lei e na Prática

- Acidentes de Trabalho – Segurança, Proteção e Reparação
- Alterações ao Código de Processo Civil
- Alterações ao Código do Trabalho – Leitura, Impactos e Práticas
- Alterações às Leis Penais
- Arrendamento Urbano
- Avaliação e Gestão das Magistraturas: Novos Desafios
- As Contraordenações: Aspetos Substanciais e Processuais dos Regimes Geral, Laboral e da Segurança Social
- As Contraordenações: Aspetos Substanciais e Processuais dos Regimes Geral, Administrativo e Fiscal, e Rodoviário
- Certificado Sucessório Europeu e Documentos Extrajudiciais Estrangeiros
- Concorrência Desleal e Defesa da Concorrência
- Constituição e Justiça Laboral
- Constituição e Modificação da Propriedade Horizontal – Titulação e Registo. Questões Práticas
- Controlo da Constitucionalidade: o Político e o Jurídico
- Crianças e Jovens em conflito com a Lei
- Despedimento Laboral – o Quadro Legal e Social em 2013, as Inovações e a Prática Judiciária
- Direito da Saúde, Biodireito e Bioética
- Direito dos Seguros – Entre a Lei e a Prática
- Direito, Justiça e Internet
- Direitos de Propriedade Intelectual – Novos Desafios Socio-Económicos e Jurídicos
- Garantias e Eficácia no Quadro da nova Reforma Penal
- Gestão de Empresas e Responsabilidade Civil de Administradores e Fiscalizadores
- Globalização, Direito e Justiça Criminal
- Imigração, Integração e Direitos Humanos
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – A Prática Judiciária do Código de Processo Civil de 2013: Problemas E Controvérsias
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – O Código de 2013 e o que mudou na Ação Declarativa
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – O Código de 2013 e o que mudou na Ação Executiva
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – o Código de Processo Civil de 2013: Aquisição de Factos, Proposição de Meios Probatórios e Avaliação da Prova em 1ª Instância
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – o Código de Processo Civil de 2013: Aquisição de Factos, Proposição de Meios Probatórios e Avaliação da Prova em 2ª Instância
- Insolvência de Empresas e de Pessoas Singulares
- Justiça Fiscal
- Justificação Notarial e Processo de Justificação no Âmbito do Código do Registo Predial
- Lei da Greve, Serviços Mínimos e Contratação Coletiva
- Linguagem, Argumentação e Decisão Judiciária
- Novas Problemáticas do Processo do Trabalho. Extinção do Posto de Trabalho, Contratação Coletiva e Jurisprudência Constitucional
- Novos Desafios do Direito do Trabalho
- O Arrendamento Urbano: entre a Prática e a Lei
- O Contrato de Doação – Titulação e Registo. Questões Práticas
- O Espaço de Justiça Europeu em Matéria Penal
- O Novo Regime das Providências Cautelares
- O Processo de Inventário – Entre a Lei e a Prática

- O Novo Regime Legal da Execução das Penas Privativas de Liberdade
- O Regime Jurídico das Federações Desportivas
- O Regime Jurídico do Empresário Desportivo em Portugal
- O Testamento – Questões Notariais e Registrais
- O Tribunal Arbitral do Desporto: Entre a Lei e a Prática
- O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: Entre a Espada (Penal) e a Parede (Direitos Humanos)
- Organização e Gestão da Justiça
- Organização e Gestão dos Tribunais
- Os Direitos de Personalidade no Trabalho. O Tempo de Trabalho
- Os Recursos no Processo Civil (Análise Prática)
- Promoção e Proteção de Crianças e Jovens
- Questões Atuais da Regulação Económica e Fiscal das Cooperativas
- Questões atuais do Direito Bancário: a Relação Bancária entre o Banco e o Cliente e a Nova Problemática da Resolução Bancária
- Questões de Direitos dos Registos: O Registo Predial e o Registo Comercial
- Questões Notariais e Registrais no Âmbito do Processo de Insolvência
- Regime de Licenciamento e Simplificação: Comércio, Serviços e Indústria
- Regulação e Contraordenações
- Simplificação Notarial e Registral
- Sistema Penitenciário: Entre a Segurança e a Reinserção.

## — *Formação a Distância (e-UNIFOJ) – Temas*

Dado o amplo espaço a que a formação a distância se dirige, os cursos de formação não estão, em regra, vinculados a qualquer ordenamento jurídico. Os temas da formação refletem essa amplitude:

- A Austeridade e os Direitos de Exceção
- A Deficiência, a Discapacidade e os Direitos Humanos
- Cibercrime e Prova Digital
- Ciclo Ciberespaço: Desafios à Justiça – 5 módulos
- Ciclo Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira – 4 módulos
- Ciclo Tribunais, Governação e Gestão – 7 módulos
- Consentimento Informado na Relação Clínica e no Direito
- Corrupção: Cumprimento e Aplicação de Mecanismos de Prevenção, Investigação e Julgamento
- Decisão Judiciária: Construção, Simplificação e Legitimação
- Direitos de Propriedade Industrial – seu Valor e Defesa no Mercado
- Direitos Humanos – Conceitos e Proteção Internacional
- Ética, Transparência e Integridade no Judiciário
- Instrumentos de Cooperação Policial e Judiciária Internacional em Matéria Penal
- Novos Desafios ao Direito e à Justiça: Informação Genética e Proteção de Dados
- Práticas dos Direitos Humanos: Legalização e Mobilização
- Prerrogativa contra a Auto-Incriminação e Deveres de Colaboração
- Propriedade Industrial e Concorrência Desleal
- Prova Digital

## — Metodologia

As ações de formação concretizam uma abordagem teórico-prática dos temas formativos, com especial atenção à discussão da jurisprudência, procurando dotar os/as formandos/as de instrumentos reflexivos capacitadores de uma interpretação crítica e sustentada das diferentes soluções jurídicas. As sessões de formação combinam, assim, a exposição dos temas por parte do/a formador/a com espaços de debate orientado sobre as questões suscitadas no contexto da formação.

A formação a distância, recorrendo a práticas pedagógicas nas quais o/a formando/a tem um papel ativo e autónomo na sua aprendizagem, incorpora espaços de interação entre os/as formandos/as e entre estes/as e o/a formador/a estimulando-se o contacto virtual para troca de reflexões ou levantamento de questões através de um fórum de discussão permanente e de *chats* previamente agendados.



© Arménio Teixeira

## — Formadores/as

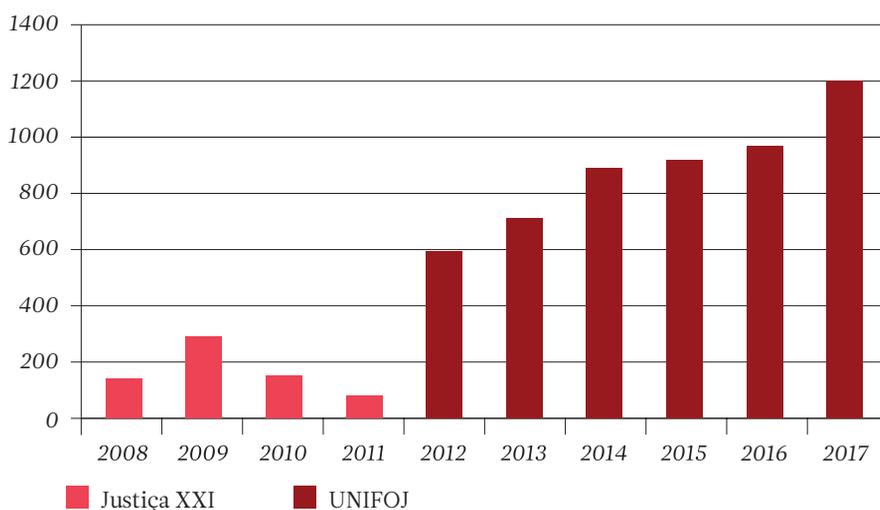
A preocupação com a qualidade da formação determina que se dê especial atenção ao corpo de formadores/as, procurando sempre profissionais de reconhecido mérito intelectual, profissional e científico e com experiência de formação. As ações de formação são desenvolvidas por formadores/as com perfil académico (professores/as universitários/as e investigadores/as), profissionais do foro (magistrados/as judiciais e do Ministério Público, advogados/as e funcionários/as judiciais) e outros/as profissionais detentores/as de conhecimento específico e relevante no âmbito das temáticas formativas. Na composição do corpo de formadores/as, destacam-se magistrados/as, maioritariamente de tribunais superiores,

e professores/as universitários/as, seguidos de advogados/as, técnicos/as superiores, e notários/as. Apesar da formação académica de base da maioria dos/as formadores/as ser Direito, têm participado em atividades formativas professores/as e investigadores/as de outras áreas do saber, o que evidencia a atenção da formação à multidisciplinariedade. A presença de formadores/as de profissões não jurídicas, como economistas, médicos/as, jornalistas, administradores/as, técnicos/as superiores, entre outros, acentua também a perspetiva formativa do direito como fenómeno social. A qualidade dos/as formadores/as tem sido salientada em todas as avaliações da formação sempre realizadas no final de cada atividade.

## — Formandos/as

A evolução do número de formandos/as acompanha o aumento do número de ações de formação. Desde o início de 2008 e até 2017, o número total de profissionais que tinham frequentado ações de formação – primeiro no quadro do Programa Justiça XXI e, após 2012, no âmbito da UNIFOJ – foi de 5.839 formandos/as, dos/as quais 913 frequentaram ações de formação a distância (desde 2014, ano em que foi criada a Unidade de Formação Jurídica e Judiciária a Distância, e-Unifoj).

Número de formandos/as 2008-2017



A grande maioria dos/as formandos/as são advogados/as (com um total de 2.966 inscrições). Seguem-se os/as magistrados/as, os/as técnicos/as superiores e os/as notários/as. Outros/as profissionais forenses, como solicitadores/as, funcionários/as judiciais, administradores/as judiciais / de insolvência e membros de órgãos de polícia criminal têm frequentado várias ações de formação.

Importa referir que algumas ações de formação romperam os limites do setor da justiça, sendo frequentadas por profissionais de outras áreas, como médicos/as, enfermeiros/as, jornalistas, assistentes sociais, informáticos/as, bancários/as, gestores/as, professores/as, psicólogos/as, sociólogos/as, investigadores/as e estudantes de mestrado e doutoramento.